

No. 36437

**Brazil
and
Colombia**

Agreement on cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Colombia to impede the illegal use of precursors and chemical substances essential to the processing of narcotics and psychotropic substances. Cartagena de Indias, Colombia, 7 November 1997

Entry into force: *9 September 1999 by notification, in accordance with article VII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 17 December 1999*

**Brésil
et
Colombie**

Accord de coopération en vue d'empêcher l'emploi illégal des précurseurs et des substances chimiques essentielles au traitement des stupéfiants et des substances psychotropes entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Colombie. Cartagena de Indias (Colombie), 7 novembre 1997

Entrée en vigueur : *9 septembre 1999 par notification, conformément à l'article VII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 17 décembre 1999*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPEDIR O USO ILEGAL DE PRECURSORES E SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS ESSENCIAIS PARA O PROCESSAMENTO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia
(doravante denominados “Partes”),

PREÂMBULO

Aprofundando os compromissos assumidos como Partes da Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, subscrita em Viena, em 20 de dezembro de 1988, doravante denominada “Convenção”;

Tendo em conta o que foi estabelecido na Convenção sobre a necessidade de se criarem medidas de controle com relação a determinados precursores e substâncias químicas essenciais que podem ser utilizadas para a fabricação ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

Acatando as recomendações sobre o assunto feitas pela Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);

Observando que os precursores e as substâncias químicas essenciais são indispensáveis para a fabricação de substâncias entorpecentes e psicotrópicas, do que resulta indispensável urgente a adoção, entre as Partes, de medidas apropriadas para impedir o uso ilegal daqueles produtos;

Preocupados com o constante aumento do tráfico ilícito de precursores e substâncias químicas essenciais para o processamento de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

Conscientes de que a produção, a fabricação, a distribuição, a comercialização e o tráfico ilícito de precursores e substâncias químicas essenciais são a base para facilitar a produção ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

Reconhecendo que a produção de entorpecentes e substâncias psicotrópicas constitui uma modalidade criminosa de conseqüências internacionais e, por isso, todos os Estados devem executar ações conjuntas que permitam combater, neutralizar e impedir cada um dos passos do processo dessa atividade criminosa internacional;

Convencidos da necessidade de manter, entre as Partes, um intercâmbio seguro, permanente e ágil de informações que fortaleça a capacidade dos Estados de detectar e impedirem operações suspeitas envolvendo precursores e substâncias químicas essenciais para evitar seu uso ilegal,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1
Objetivos e Âmbito de Aplicação

1. As Partes do presente Acordo concordam em desenvolver a cooperação prevista na Convenção, especialmente em seus artigos 2, 12 e 24, a fim de prevenir e controlar o uso ilegal de precursores e substâncias químicas essenciais utilizadas para a fabricação e o processamento ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.
2. As Partes prestarão assistência mútua para intercambiar informações com o objetivo de controlar e fiscalizar as operações comerciais, aduaneiras e de distribuição de precursores e substâncias químicas essenciais.
3. As Partes intercambiarão informações sobre as pessoas e organizações que se ocupam da produção, da venda, da importação, da exportação, da reexportação, da distribuição, do transporte e da armazenagem de precursores e substâncias químicas essenciais.

4. Em decorrência do presente Acordo, as Partes intercambiarão as informações relativas aos mecanismos de controle interno empregados para impedir o uso ilegal de precursores e substâncias químicas essenciais.

ARTIGO II Autoridades Centrais Designadas

As Partes designam as seguintes Autoridades Centrais para a execução do presente Acordo, as quais poderão comunicar-se diretamente entre si para tornar a cooperação mais eficaz.

- a) Pela República Federativa do Brasil, a Autoridade Central será o Ministério da Justiça, que cumprirá as atribuições decorrentes do presente Acordo em cooperação com outros órgãos federais, estaduais e municipais, no âmbito das suas respectivas competências.

- b) Pela República da Colômbia, a Autoridade Central será o Ministério da Justiça e do Direito, que cumprirá as atribuições decorrentes do presente Acordo em coordenação com as demais autoridades competentes.

ARTIGO III Precursores e Substâncias Químicas Essenciais

1. Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por precursores e substâncias químicas essenciais toda substância ou mistura de substâncias químicas utilizadas no processo de extração, síntese ou fabricação ilícita de entorpecentes e/ou substâncias psicotrópicas, tanto de origem natural como sintética.

2. As Partes, conjuntamente, de acordo com sua legislação interna, e dentro do prazo de 90 (noventa) dias seguintes à entrada em vigor do presente Acordo, estabelecerão a "lista de precursores e substâncias químicas essenciais", doravante denominada "lista de substâncias", que deverá ser submetida a vigilância por cada uma delas.

3. As propostas de modificação da lista de substâncias serão decididas pelas Autoridades Centrais.

ARTIGO IV

Controle das Operações Comerciais, Aduaneiras e de Distribuição de Precusores e de Substâncias Químicas Essenciais

1. As Partes cooperarão entre si para assegurar o controle e a fiscalização das operações comerciais, aduaneiras, de tráfico e de distribuição dos precusores e das substâncias químicas essenciais incluídos na lista de substâncias. Da mesma forma, informarão sobre tais operações quando existam razões fundadas para se crer que os precusores ou substâncias químicas essenciais possam estar ou estejam sendo objeto de uso ilegal.

2. As Partes se assegurarão de que toda operação de importação, exportação, reexportação, trânsito e distribuição de precusores e de substâncias químicas essenciais esteja acompanhada de toda a documentação pertinente.

3. As Partes intercambiarão informação para identificar operações sobre as quais haja fundadas suspeitas, e somente nesses casos, que indiquem que os precusores ou as substâncias químicas essenciais possam estar ou estejam sendo desviados para a fabricação ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, pelo menos nos seguintes aspectos:

- a) quantidade do precursor ou da substância química essencial vendida, importada, exportada, reexportada, mantida em depósito, transportada ou que tenha sofrido transbordo;
- b) nome, endereço, telefone, fax, clientes e atividades dos vendedores de precusores e substâncias químicas essenciais;
- c) rotas de comércio de precusores e substâncias químicas essenciais estabelecidas previamente para serem utilizadas pelos comerciantes, corretores e transportadores de seu país;
- d) precusores e substâncias químicas essenciais que se encontrem em trânsito pelo território de uma das Partes com destino ao território da outra Parte;
- e) dados estatísticos com respeito à oferta e à demanda por precusores e substâncias químicas essenciais.

4. A Autoridade Central que receba da outra Parte informações sobre operações sobre as quais haja fundadas suspeitas, por intermédio do órgão competente, investigará o consignatário ou destinatário dos precursores e substâncias químicas essenciais, para confirmar que se empregarão para fins lícitos. Caso aqueles produtos sejam enviados a um consignatário ou destinatário dentro do território da outra Parte e sejam vendidos ou transferidos a terceiros, estes últimos também serão investigados.

5. As Partes comunicarão oportunamente toda modificação realizada nos sistemas de etiquetagem dos precursores e substâncias químicas essenciais a que se refere o presente Acordo e, quando necessário, anexarão a informação pertinente, a fim de facilitar, à Autoridade Central encarregada de exercer seu controle, a compreensão de tais modificações.

6. Conforme a sua legislação interna, as Partes prestarão informações sobre as autorizações, licenças ou permissões concedidas, recusadas ou revogadas, relativas às exportações, às reexportações, às importações, ao transporte e à distribuição, bem como sobre os meios de pagamento com que são ou foram efetuadas transações de comércio de precursores e de substâncias químicas essenciais sobre as quais haja fundadas suspeitas, para que sejam trazidas às investigações e procedimentos administrativos ou processos criminais instaurados pelas autoridades competentes de cada Parte .

7. A Autoridade Central de uma das Partes poderá solicitar à Autoridade Central da outra Parte as informações que possuam sobre as pessoas e as organizações que se ocupam da produção, da venda, da importação, da exportação, da reexportação, da distribuição, do transporte e da armazenagem para iniciar, se for o caso, a investigação respectiva.

8. As Partes, também na medida em que o seu ordenamento interno o permita, compartilharão informações e darão a conhecer os resultados obtidos nas investigações e nos procedimentos administrativos e processos criminais iniciados pelas autoridades respectivas. Informarão, igualmente, sobre as atividades de interdição que tenham sido iniciadas como resultado da cooperação mútua prevista neste Acordo.

9. A Autoridade Central de uma das Partes notificará à Autoridade Central da outra Parte, previamente a sua concretização, qualquer operação de exportação ou de reexportação de precursores e substâncias químicas essenciais previstas no presente Acordo. Uma vez recebida a notificação, a Parte importadora confirmará a possibilidade de concretização da operação.

ARTIGO V
Cooperação em Matéria de Intercâmbio de Informações
Sobre a Legislação Vigente

As Partes cooperarão entre si para o fornecimento das informações relativas à legislação e às modificações nela introduzidas, bem como aos demais mecanismos de controle e fiscalização estabelecidos para evitar o uso ilegal de precursores e de substâncias químicas essenciais.

ARTIGO VI
Informação Reservada

1. Toda informação comunicada, em aplicação do presente Acordo, por ter caráter sigiloso, será classificada segundo a legislação de cada uma das Partes para garantir o segredo profissional, industrial, empresarial e comercial, bem como a proteção necessária.

2. A informação obtida deverá ser utilizada unicamente para os fins do presente Acordo.

3. O disposto no parágrafo anterior não impedirá a utilização das informações em procedimentos administrativos ou processos criminais iniciados pelas Partes como consequência do controle dos precursores e das substâncias químicas essenciais. A utilização dada a ditas informações e seus resultados serão comunicados à Autoridade Central que as prestou.

ARTIGO VII
Disposições Finais


1. As Partes concordam em avaliar anualmente a execução do presente Acordo e realizarão as consultas que considerem necessárias para aperfeiçoar sua aplicação.


2. Qualquer controvérsia que possa surgir da aplicação do presente Acordo será solucionada diretamente pelas Partes.

3. O presente Acordo entrará em vigor na data do recebimento da segunda comunicação por via diplomática, na qual se informa o cumprimento dos requisitos constitucionais e da legislação interna necessários para sua aprovação.

4. Qualquer uma das Partes poderá dar por terminado o presente Acordo, mediante denúncia formalizada por meio de Nota diplomática, que surtirá efeito seis (6) meses após a data de recebimento pela outra Parte. As solicitações de assistência formalizadas dentro daquele prazo deverão ser atendidas pela Parte requerida.

Feito em Cartagena de Índias, em 07 de novembro de 1997, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Sebastião do Rego Barros
Ministro de Estado, Interino, do
Ministério das Relações Exteriores


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA COLÔMBIA
María Emma Mejía Vélez
Ministra de Relações
Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO DE COOPERACION ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE
COLOMBIA PARA IMPEDIR EL DESVIO DE PRECURSORES Y SUSTANCIAS
QUIMICAS ESENCIALES PARA EL PROCESAMIENTO DE
ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS SICOTROPICAS**

El Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República de Colombia, en adelante "las Partes",

PREAMBULO

EN DESARROLLO de los compromisos adquiridos como Partes de la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas, suscrita en Viena el 20 de diciembre de 1988, en adelante "la Convención";

TENIENDO EN CUENTA lo establecido en la Convención sobre la necesidad de crear medidas de control con respecto a determinados precursores y sustancias químicas esenciales, que pueden utilizarse en la fabricación ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas;

ACATANDO las recomendaciones que sobre esta materia ha formulado la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE);

OBSERVANDO que los precursores y sustancias químicas esenciales son imprescindibles para la elaboración de sustancias estupefacientes y sicotrópicas, resulta indispensable y urgente adoptar medidas apropiadas entre las Partes para impedir el desvío de dichos productos;

PREOCUPADOS por el constante incremento del tráfico ilícito de precursores y sustancias químicas esenciales para el procesamiento de estupefacientes y sustancias sicotrópicas;

CONSCIENTES que la producción, fabricación, distribución, comercialización y tráfico ilícito de precursores y sustancias químicas esenciales, son soporte facilitador de la producción ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas;

RECONOCIENDO que la producción de estupefacientes y sustancias sicotrópicas constituye una modalidad criminal de consecuencias internacionales y por ello todos los Estados deben ejecutar acciones conjuntas que permitan contrarrestar, neutralizar e impedir cada uno de los pasos del proceso de esta actividad criminal internacional;

CONVENCIDOS de la necesidad de mantener un intercambio seguro de información permanente y expedita entre las Partes que fortalezca la capacidad de los Estados para detectar e impedir operaciones sospechosas de precursores y sustancias químicas esenciales, con miras a prevenir su desvío;
ACUERDAN LO SIGUIENTE:

ARTICULO I OBJETO Y AMBITO DE APLICACION

1. Las Partes en el presente Acuerdo convienen desarrollar la cooperación prevista en la Convención, en especial en los artículos 2, 12 y 24 a fin de prevenir y controlar el desvío de precursores y sustancias químicas esenciales que se utilizan para la fabricación y procesamiento ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas.
2. Las Partes se prestarán asistencia mutua para intercambiar información con el objeto de vigilar y controlar las operaciones comerciales, aduaneras y de distribución de precursores y sustancias químicas esenciales.
3. Las Partes Intercambiarán información sobre las personas y organizaciones que se ocupan de la producción, venta, importación, exportación, reexportación, distribución, transporte y almacenamiento de precursores y sustancias químicas esenciales.
4. Las Partes intercambiarán en virtud de este Acuerdo, información relativa a los mecanismos de control interno empleados para impedir el desvío de precursores y sustancias químicas esenciales.

ARTICULO II AUTORIDADES CENTRALES

Las Partes designan a las siguientes Autoridades Centrales para la ejecución del presente Acuerdo, las cuales podrán comunicarse directamente entre sí con el ánimo de hacer más eficaz la cooperación:

- a. Por la República Federativa de Brasil la Autoridad Central será el Ministerio de Justicia, el cual cumplirá las obligaciones derivadas del presente Acuerdo, en coordinación con los demás órganos federales, estatales y municipales, en el ámbito de sus respectivas competencias.
- b. Por la República de Colombia la Autoridad Central será el Ministerio de Justicia y del Derecho, el cual cumplirá las obligaciones derivadas del presente Acuerdo, en coordinación con las demás autoridades competentes.

ARTICULO III

PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS ESENCIALES

1. Para los fines de este Acuerdo se entenderá por precursores y sustancias químicas esenciales toda sustancia o mezcla de sustancias químicas utilizadas en el proceso de extracción, síntesis o fabricación ilícita de estupefacientes y/o sustancias sicotrópicas tanto de origen natural como sintético.
2. Las Partes, de conformidad con su legislación interna y de común acuerdo, dentro de un plazo de noventa (90) días, siguientes a la fecha de entrada en vigor del presente Acuerdo, determinarán la "Lista de Precursores y Sustancias Químicas Esenciales" en adelante "Lista de Sustancias", que deberá someterse a vigilancia por cada una de ellas.
3. Las propuestas de modificación de la "Lista de Sustancias" serán acordadas por las Autoridades Centrales.

ARTICULO IV

CONTROL DE OPERACIONES COMERCIALES, ADUANERAS Y DE DISTRIBUCION DE PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS ESENCIALES

1. Las Partes cooperarán entre sí para asegurar el control y la vigilancia de operaciones comerciales, aduaneras, de tráfico y de distribución de los precursores y sustancias químicas esenciales que se encuentran en la Lista de Sustancias. Así mismo, procederán a informar sobre estas operaciones cuando existan razones fundadas para creer que los precursores y sustancias químicas esenciales pueden ser o están siendo objeto de desvío.
2. Las Partes verificarán que toda operación de importación, exportación, reexportación, tránsito y distribución de precursores y sustancias químicas esenciales esté acompañada de toda la documentación pertinente.
3. Las Partes intercambiarán Información para identificar operaciones presuntamente sospechosas y solamente en esos casos, que indiquen que los precursores y sustancias químicas esenciales pueden ser o están siendo desviados hacia la fabricación ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, por lo menos en los siguientes aspectos:
 - a. Cantidad del precursor o sustancia química esencial vendida, importada, exportada, reexportada, almacenada, transportada o transbordada;
 - b. Nombre, dirección, teléfono, fax, clientes, y actividad de los vendedores de precursores y sustancias químicas esenciales;

c. Rutas de comercio de precursores y sustancias químicas esenciales establecidas previamente para ser utilizadas por los comerciantes, corredores y transportistas de su país;

d. Precursores y sustancias químicas esenciales que se encuentren en tránsito por el territorio de una de las Partes cuando éstas se dirijan al territorio de la otra Parte;

e. Datos estadísticos con relación a la oferta y demanda de precursores y sustancias químicas esenciales.

4. La Autoridad Central que reciba Información sobre operaciones presuntamente sospechosas de la otra Parte, verificará por intermedio de las autoridades competentes, al destinatario o consignatario de los precursores y sustancias químicas esenciales, con el fin de confirmar que los mismos se emplearán para fines lícitos.

En el caso de que estos se envíen a un consignatario o destinatario dentro del territorio de la otra Parte y sean vendidos o transferidos a terceros, también se verificará a este último.

5. Las Partes comunicarán oportunamente toda modificación realizada en los sistemas de etiquetado de los precursores y sustancias químicas esenciales a que se refiere el presente Acuerdo y cuando sea necesario, anexarán la información pertinente a fin de facilitar la comprensión de las modificaciones por parte de la Autoridad Central encargada de ejercer su control.

6. Las Partes de conformidad con su derecho interno, suministrarán Información sobre autorizaciones, licencias, o permisos otorgados, rechazados o revocados relativos a las exportaciones, reexportaciones, importaciones, transporte, distribución, así como de los medios de pago con que se efectúen o se hayan efectuado transacciones presuntamente sospechosas, de comercio de precursores y sustancias químicas esenciales, con el fin de que sea aportada a las investigaciones y procesos administrativos o penales iniciados por las autoridades competentes de cada Parte.

7. La Autoridad Central de una Parte podrá solicitar a la Autoridad Central de la otra Parte, la Información sobre las personas y organizaciones que se ocupan de la producción, venta, importación, exportación, reexportación, distribución, transporte y almacenamiento con el fin de iniciar, si hubiere lugar, la investigación respectiva.

8. Las Partes, también en la medida en que lo permita su ordenamiento interno, compartirán información y darán a conocer los resultados obtenidos en las investigaciones y procesos administrativos o penales iniciados por las autoridades respectivas. Igualmente informarán sobre las actividades de interdicción que se hayan adelantado como resultado de la cooperación mutua prevista en este Acuerdo.

9. La Autoridad Central de una Parte notificará previamente a su envío a la Autoridad Central de la otra Parte, cualquier operación de exportación o reexportación de precursores y sustancias químicas esenciales previstas en el presente Acuerdo.

Una vez recibida esta notificación la Parte importadora confirmará la posibilidad del envío.

ARTICULO V COOPERACION PARA EL INTERCAMBIO DE INFORMACION SOBRE LEGISLACION VIGENTE

Las Partes cooperarán entre sí para el suministro de información relativa a su legislación y a las modificaciones introducidas en la misma y los demás mecanismos de control y vigilancia establecidos para prevenir el desvío de precursores y sustancias químicas esenciales.

ARTICULO VI RESERVA DE INFORMACION

1. Toda información comunicada, en aplicación del presente Acuerdo, por tener carácter reservado, será clasificada según la legislación de cada una de las Partes para garantizar el secreto profesional, industrial, empresarial o comercial y la protección necesaria.

2. La información obtenida deberá ser utilizada únicamente para los efectos del presente Acuerdo.

3. Lo dispuesto en el numeral anterior, no será obstáculo para la utilización de la información en el marco de procesos administrativos o penales iniciados por las Partes como consecuencia del control a los precursores y sustancias químicas esenciales. La utilización dada a dicha información y sus resultados, será comunicada a la Autoridad Central que la proporcionó.

ARTICULO VII DISPOSICIONES FINALES


1. Las Partes convienen evaluar anualmente la ejecución de este Acuerdo y realizarán las consultas que consideren necesarias con el fin de mejorar su aplicación.

2. Cualquier controversia que pueda surgir sobre la interpretación o aplicación del presente Acuerdo será solucionada directamente por las Partes.

3. El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de recepción de la segunda comunicación enviada por la vía diplomática, en la que se comunique el cumplimiento de los requisitos constitucionales o de las legislaciones internas necesarios para su aprobación.

4. Cualquiera de las Partes podrá dar por terminado el presente Acuerdo mediante denuncia formalizada a través de nota diplomática, la cual surtirá efecto seis (6) meses después de la fecha de recepción por la otra Parte. Las solicitudes de asistencia realizadas dentro de este término, serán atendidas por la otra Parte.

Suscrito en Cartagena de Indias a los siete (7) días del mes de noviembre de mil novecientos noventa y siete, en dos ejemplares en idioma español y portugués, siendo ambos textos igualmente válidos y auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL


POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE COLOMBIA

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF
THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT
OF THE REPUBLIC OF COLOMBIA TO IMPEDE THE ILLEGAL USE OF
PRECURSORS AND CHEMICAL SUBSTANCES ESSENTIAL TO THE
PROCESSING OF NARCOTICS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES

The Government of the Federative Republic of Brazil
and

The Government of the Republic of Colombia,
Hereinafter referred to as "the Parties",

Preamble

In fulfilment of the commitments made by them as parties to the United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances of 20 December 1988, hereinafter referred to as "the Convention",

Bearing in mind the statement in the Convention that measures are necessary to monitor certain precursors and chemicals which are used in the manufacture of narcotic drugs and psychotropic substances,

In compliance with the recommendations on this subject made by the International Narcotics Control Board,

Noting that since precursors and essential chemicals are indispensable for the manufacture of narcotic drugs and psychotropic substances, it is essential and urgent that appropriate measures be adopted between the Parties to prevent the illegal use of such products,

Concerned at the steady increase in illicit traffic in precursors and chemicals essential for the processing of narcotic drugs and psychotropic substances,

Aware that the production, manufacture, distribution, marketing and illicit trafficking of precursors and essential chemicals facilitate the illicit production of narcotic drugs and psychotropic substances,

Recognizing that the production of narcotic drugs and psychotropic substances is a criminal activity with international consequences and that all States must therefore take joint action to combat, counteract and prevent every phase in the process of this international criminal activity,

Convinced of the need to maintain a secure, ongoing and rapid exchange of information between the Parties that will strengthen States' capacity to detect and prevent suspicious operations involving precursors and essential chemicals with a view to preventing their illegal use,

Have agreed as follows:

Article I. Objectives and scope

1. The Parties to this Agreement agree to develop the cooperation called for in the Convention, particularly articles 2, 12 and 24 thereof, in order to prevent and monitor the diversion of precursors and essential chemicals for the illicit manufacture and processing of narcotic drugs and psychotropic substances.

2. The Parties shall assist each other by exchanging information with a view to monitoring and controlling commercial, customs and distribution operations involving precursors and essential chemicals.

3. The Parties shall exchange information on individuals and organizations engaged in the production, sale, import, export, re-export, distribution, transport and storage of precursors and essential chemicals.

4. Pursuant to this Agreement, the Parties shall exchange information on the internal monitoring mechanisms used to prevent the illegal use of precursors and essential chemicals.

Article II. Designated central authorities

For the implementation of this Agreement, the Parties hereby designate the following central authorities, which may communicate directly with each other in order to make co-operation more effective:

(a) For the Federative Republic of Brazil, the central authority shall be the Ministry of Justice, which shall fulfil the responsibilities deriving from this Agreement in coordination with other federal, state and municipal bodies, within their respective spheres of competence.

(b) For the Republic of Colombia, the central authority shall be the Ministry of Justice and Law, which shall fulfil the responsibilities deriving from this Agreement in coordination with the other competent authorities,

Article III. Precursors and essential chemicals

1. For the purposes of this Agreement, "precursors and essential chemicals" shall mean any chemical or mixture of chemicals used in the illicit extraction, synthesis or manufacture of narcotic drugs or psychotropic substances of natural or synthetic origin.

2. The Parties, in accordance with their internal legislation and within a period of 90 (ninety) days from the entry into force of this Agreement, shall draw up jointly a list of the precursors and essential chemicals, hereinafter referred to as the "list of chemicals", to be monitored by each of them.

3. Proposed changes to the list of chemicals shall be decided upon by the central authorities.

Article IV. Monitoring of commercial, customs and distribution operations involving precursors and essential chemicals

1. The Parties shall cooperate with each other to ensure the monitoring and control of commercial, customs, transport and distribution operations involving precursors and essential chemicals on the list of chemicals. They shall also report to each other such operations when there are grounds to believe that the said precursors or essential chemicals may be or are being used illegally.

2. The Parties shall ensure that any import, export, re-export, transport or distribution of precursors or essential chemicals is accompanied by all the relevant documentation.

3. If, and only if there are grounds to suspect that precursors or essential chemicals may be or are being diverted for the illicit manufacture of narcotic drugs and psychotropic substances, the Parties shall exchange the following information at the least:

(a) The quantity of the precursor or essential chemical sold, imported, exported, re-exported, stored, transported or transshipped;

(b) The names, addresses, telephone and fax numbers, customers and activities of those who are selling precursors and essential chemicals;

(c) The pre-established trade routes for precursors and essential chemicals used by their country's traders, brokers and carriers;

(d) The precursors and essential chemicals which are transmitting through the territory of one Party en route to the territory of the other Party;

(e) Statistics on the supply of and demand for precursors and essential chemicals.

4. If the central authority of one Party receives from the other Party, through the competent authority, information concerning operations in respect of which there are grounds for suspicion, it shall investigate the consignee or recipient of the precursors or essential chemicals in order to confirm that they will be used for licit purposes. If the precursors or chemicals are sent to a consignee or recipient in the territory of the other Party and are sold or transferred to third parties, those parties shall also be investigated.

5. The Parties shall notify each other in a timely manner of any change in the labelling systems for precursors and essential chemicals covered by this Agreement and, where necessary, shall attach the relevant information in order to facilitate the central monitoring authority's understanding of that change.

6. In accordance with their internal legislation, the Parties shall provide information on the authorizations, licences or permits for the export, re-export, import, transport and distribution of precursors and essential chemicals granted, denied or revoked and on the means of payment whereby suspect commercial transactions in such products are or have been carried out, so that the information in question may be used in the investigations and administrative or criminal proceedings instituted by the competent authorities of each Party.

7. The central authority of one Party may request the central authority of the other Party to provide any information in its possession concerning individuals and organizations involved in production, sale, import, export, re-export, distribution, transport or storage operations, so that the corresponding investigation may be initiated if necessary.

8. Also to the extent that their internal legislation permits, the Parties shall share information and notify each other of the results of investigations and administrative or criminal proceedings instituted by their respective authorities. They shall also provide information on interdiction activities undertaken as a result of the mutual cooperation called for in this Agreement.

9. The central authority of one Party shall give the central authority of the other Party advance notice of any export or re-export of precursors or essential chemicals covered by this Agreement. Once such notice has been received, the importing Party shall confirm that the operation in question may take place.

Article V. Cooperation in the exchange of information on current legislation

The Parties shall cooperate with each other in providing information on legislation and amendments thereto and on other monitoring and control mechanisms established to prevent the illegal use of precursors and essential chemicals.

Article VI. Confidential information

1. All information transmitted under this Agreement shall, because of its confidential nature be classified according to the legislation of each Party, in order to guarantee professional, industrial, business and trade secrecy and also the necessary protection.

2. The information obtained shall be used only for the purposes of this Agreement.

3. The provisions of the preceding paragraph shall not prevent such information from being used in administrative or criminal proceedings instituted by the Parties as a consequence of the monitoring of precursors and essential chemicals. The central authority which provided the information shall be informed of how it has been used and of the outcome.

Article VII. Final provisions

1. The Parties agree to evaluate the implementation of this Agreement annually and to hold such consultations as they deem necessary in order to improve its application.

2. Any dispute arising from the application of this Agreement shall be settled directly by the Parties.

3. This Agreement shall enter into force on the date of receipt of the second notification through the diplomatic channel that the constitutional and internal legislative requirements for its approval have been met.

4. Either Party may denounce this Agreement by giving formal notice thereof through a diplomatic note. Denunciation shall take effect six months after the date on which such notice was received by the other Party. Formal requests for assistance made during that period shall be fulfilled by the requested Party.

Done at Cartagena de Indias on 7 November 1997, in two copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally valid and authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

SEBASTIÃO DO REGO BARROS
Minister of State a.i.
in the Ministry of Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Colombia:

MARÍA EMMA MEJÍA VÉLEZ
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION EN VUE D'EMPÊCHER L'EMPLOI ILLÉGAL
DES PRÉCURSEURS ET DES SUBSTANCES CHIMIQUES
ESSENTIELLES AU TRAITEMENT DES STUPÉFIANTS ET DES
SUBSTANCES PSYCHOTROPES ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE
LA RÉPUBLIQUE DE COLOMBIE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

Et

Le Gouvernement de la République de Colombie,

Ci-après dénommés les "Parties",

Préambule

Agissant sur la base des engagements contractés en leur qualité de Parties à la Convention des Nations Unies contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes faite à Vienne le 20 décembre 1988, ci-après dénommée la "Convention",

Compte tenu des dispositions de la Convention relatives à la nécessité d'appliquer des mesures de contrôle à certains précurseurs et produits chimiques essentiels pouvant être utilisés pour la fabrication illicite de stupéfiants et de substances psychotropes,

Suivant les recommandations formulées dans ce domaine par l'Organe international de contrôle des stupéfiants (OICS),

Considérant qu'étant donné que les précurseurs et les produits chimiques essentiels sont nécessaires à l'élaboration de stupéfiants et de substances psychotropes, il est indispensable pour les Parties d'adopter d'urgence des mesures appropriées pour prévenir le détournement desdites substances,

Préoccupés par l'aggravation constante du trafic illicite de précurseurs et de produits chimiques essentiels au traitement de stupéfiants et de substances psychotropes,

Conscients que la production, la fabrication, la distribution, la commercialisation et le trafic illicite de précurseurs et de produits chimiques essentiels facilitent la production illicite de stupéfiants et de substances psychotropes,

Reconnaissant que la production de stupéfiants et de substances psychotropes est une activité criminelle ayant des incidences internationales et que tous les États doivent par conséquent appliquer des mesures concertées pour contrer, neutraliser et prévenir chacun des aspects de cette activité criminelle internationale,

Convaincus de la nécessité de maintenir en permanence un échange rapide et sûr d'informations entre les Parties afin de mettre les États mieux à même de détecter et d'empêcher les transactions suspectes de précurseurs et de produits chimiques essentiels en vue de prévenir leur détournement,

Sont convenus de ce qui suit:

Article premier. Objet et champ d'application du présent Accord

1. Les Parties au présent Accord conviennent de développer la coopération prévue dans la Convention, et en particulier à ses articles 2, 12 et 24, afin de prévenir et de combattre le détournement des précurseurs et des produits chimiques essentiels utilisés pour la fabrication et le traitement illicites de stupéfiants et de substances psychotropes.

2. Les Parties se fournissent mutuellement assistance afin d'échanger des informations dans le but de surveiller et de contrôler les opérations commerciales, douanières et de distribution des précurseurs et des produits chimiques essentiels.

3. Les Parties échangent des informations sur les personnes et organisations qui s'occupent de la production, de la vente, de l'importation, de l'exportation, de la réexportation, de la distribution, du transport et de l'entreposage de précurseurs et de produits chimiques essentiels.

4. Les Parties échangent, conformément au présent Accord, des informations sur les mécanismes de contrôle interne qui sont employés pour empêcher le détournement de précurseurs et de produits chimiques essentiels.

Article II. Autorités centrales

Les Parties désignent les Autorités centrales ci-après aux fins de l'exécution du présent Accord, étant entendu que lesdites Autorités peuvent communiquer directement entre elles afin d'améliorer l'efficacité de la coopération:

a) Dans le cas de la République fédérative du Brésil, l'Autorité centrale sera le Ministère de la justice, lequel veillera à l'exécution des obligations découlant du présent Accord en coordination avec les autres organes fédéraux, d'État et municipaux, conformément à leurs compétences respectives;

b) Dans le cas de la République de Colombie, l'Autorité centrale sera le Ministère de la justice et du droit, lequel veillera à l'exécution des obligations découlant du présent Accord en coordination avec les autres autorités compétentes.

Article III. Précurseurs et produits chimiques essentiels

1. Aux fins du présent Accord, sont considérés comme précurseurs et produits chimiques essentiels tous produits ou tous mélanges de produits chimiques utilisés dans les processus d'extraction, de synthèse ou de fabrication illicite de stupéfiants et/ou de substances psychotropes d'origine aussi bien naturelle que synthétique.

2. Les Parties, agissant conformément à leurs législations internes et d'un commun accord, établiront dans un délai de quatre-vingt-dix (90) jours suivant la date d'entrée en vigueur du présent Accord une "liste de précurseurs et de produits chimiques essentiels" (ci-après dénommée "Liste de produits") qui devront être surveillés par chacune d'elles.

3. Les propositions de modification de la Liste de produits seront soumises à l'approbation des Autorités centrales.

*Article IV. Contrôle des opérations commerciales, douanières
et de distribution de précurseurs et de produits chimiques essentiels*

1. Les Parties coopèrent pour assurer le contrôle et la surveillance des opérations commerciales, douanières, de transport et de distribution des précurseurs et des produits chimiques essentiels inscrits sur la Liste de produits. En outre, lorsqu'elles ont des raisons fondées de croire que les précurseurs et produits chimiques essentiels peuvent faire ou font l'objet d'un détournement, elles s'en informent mutuellement.

2. Les Parties vérifient que toute opération d'importation, d'exportation, de réexportation, de transit et de distribution de précurseurs et de produits chimiques essentiels est accompagnée de toute la documentation pertinente.

3. Les Parties échangent des informations afin d'identifier les opérations apparemment suspectes dans les cas où il semble que des précurseurs et produits chimiques essentiels peuvent être ou sont détournés vers la fabrication illicite de stupéfiants et de substances psychotropes. Lesdites informations comportent au moins les indications ci-après:

a) Quantité du précurseur ou du produit chimique essentiel vendue, importée, exportée, réexportée, entreposée, transportée ou transbordée;

b) Nom, adresse, numéros de téléphone et de télécopie, clients et activité des vendeurs de précurseurs et de produits chimiques essentiels;

c) Circuits de distribution de précurseurs et produits chimiques essentiels précédemment établis à l'intention des commerçants, courtiers et transporteurs du pays;

d) Précurseurs et produits chimiques essentiels se trouvant en transit sur le territoire de l'une des Parties vers le territoire de l'autre Partie;

e) Données statistiques concernant l'offre et la demande de précurseurs et de produits chimiques essentiels

4. L'Autorité centrale informée par l'autre Partie d'opérations apparemment suspectes vérifie, par l'intermédiaire des autorités compétentes, l'identité du destinataire des précurseurs et des produits chimiques essentiels afin de confirmer que ces derniers seront employés à des fins licites. Si les précurseurs et produits chimiques essentiels envoyés à un destinataire se trouvant sur le territoire de l'autre Partie sont vendus ou transférés à des tiers, l'identité de ces derniers est également vérifiée.

5. Les Parties s'informent en temps voulu de toute modification apportée aux systèmes d'étiquetage des précurseurs et produits chimiques essentiels visés par le présent Accord en douant, le cas échéant, les explications nécessaires pour permettre à l'Autorité centrale responsable du contrôle de comprendre plus facilement ladite modification.

6. Les Parties, conformément à leur législation interne, échangent des informations sur les autorisations, licences ou permis d'exportation, de réexportation, d'importation, de transport et de distribution accordés, refusés ou annulés ainsi que sur les moyens de paiement utilisés pour régler les opérations de commerce de précurseurs et de produits chimiques essentiels apparemment suspectes pour qu'elles puissent être utilisées aux fins des enquêtes et procédures administratives ou pénales ouvertes par les autorités compétentes de chacune des Parties.

7. L'Autorité centrale de l'une des Parties peut demander à l'Autorité centrale de l'autre Partie des informations sur les personnes et organisations qui s'occupent de production, de vente, d'importation, d'exportation, de réexportation, de distribution, de transport et d'entreposage de précurseurs et de produits chimiques essentiels afin de pouvoir, s'il y a lieu, ouvrir une enquête.

8. Les Parties, dans la mesure où cela est autorisé par leur législation interne, échangent des informations et rendent publics les résultats des enquêtes et procédures administratives ou pénales ouvertes par leurs autorités respectives. Elles échangent également des informations sur les activités d'interception réalisées grâce à la coopération mutuelle visée par le présent Accord.

9. L'Autorité centrale d'une Partie adresse à l'Autorité centrale de l'autre Partie notification préalable de toute opération d'exportation ou de réexportation de précurseurs et de produits chimiques essentiels visés par le présent Accord. Une fois reçue ladite notification, la Partie importatrice confirme que l'expédition peut être effectuée.

*Article V. Coopération en vue de l'échange
d'informations relatives à la législation en vigueur*

Les Parties coopèrent en vue d'échanger des informations relatives à leur législation et aux modifications qui y ont été apportées ainsi qu'aux mécanismes de contrôle et de surveillance établis pour prévenir le détournement de précurseurs et de produits chimiques essentiels.

Article VI. Caractère confidentiel de l'information

1. Toute information communiquée conformément au présent Accord, ayant un caractère confidentiel, est classée conformément à la législation de chacune des Parties afin de garantir le secret professionnel, industriel ou commercial et la protection requise de l'information.

2. L'information obtenue n'est utilisée qu'aux fins du présent Accord.

3. Les dispositions du paragraphe précédent du présent article n'empêchent pas d'utiliser l'information dans le cadre de procédures administratives ou pénales ouvertes par les Parties à la suite de leur contrôle des précurseurs et des produits chimiques essentiels. L'utilisation faite de chaque information et ses résultats sont communiqués à l'Autorité centrale qui l'a fournie.

Article VII. Dispositions finales

1. Les Parties conviennent d'évaluer chaque année l'exécution du présent Accord et de se consulter selon que de besoin afin d'en améliorer l'application.

2. Tout différend pouvant surgir concernant l'interprétation ou l'application du présent Accord est réglé directement par les Parties.

3. Le présent Accord entrera en vigueur à la date de réception de la deuxième des communications par lesquelles les Parties se seront informées par la voie diplomatique que les

formalités constitutionnelles ou législatives internes requises pour son approbation ont été accomplies.

4. L'une ou l'autre des Parties peut mettre fin au présent Accord en notifiant à l'autre par la voie diplomatique son intention de le dénoncer, auquel cas il cessera de produire effet six (6) mois suivant la date de réception de ladite notification. L'autre Partie donne suite aux demandes d'assistance présentées pendant ce délai.

Fait à Cartagena de Indias le 7 novembre 1997, en deux exemplaires en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil:

SEBASTIÃO DO REGO BARROS
Ministre d'État chargé par intérim
du Ministère des relations extérieures

Pour le Gouvernement de la République de Colombie:

MARÍA EMMA MEJÍA VÉLEZ
Ministre des relations extérieures